

Avaliação da capacidade para o trabalho em docentes

Work capacity assessment in teachers

Alex Wagner Mendes Cardoso^{1*}, Lilian Azevedo da Silva², Jefferson Nunes de Amorim³, John Lincoln Marques Batista⁴, Fagner Guedes Silva⁵, Hanne Alves Bakke⁶

Resumo: Os professores são essenciais para formar cidadãos, mas têm sido acometidos com problemas de saúde devido à exposição a riscos em sua atividade, comprometendo sua capacidade para o trabalho. Portanto, o objetivo deste trabalho foi avaliar a capacidade para o trabalho entre professores de uma instituição da rede federal e da municipal (fundamental II) de um município do sertão paraibano. Tratou-se de uma pesquisa quantitativa transversal, cujos dados foram coletados por dois questionários (sociodemográfico e índice de capacidade para o trabalho – ICT) com 120 professores de uma cidade do interior da Paraíba. Os dados foram analisados com estatística descritiva, bem como com o teste t para amostras independentes e correlação de Spearman. Participaram do estudo 120 professores, dos quais 33 eram de uma instituição federal e 87 de escolas municipais de ensino fundamental II. Houve diferença significativa entre os sexos, assim como uma associação negativa com o tempo de docência. Não houve diferença entre o tipo de instituição e o tipo de vínculo. Aproximadamente 70% dos professores estavam entre boa e ótima capacidade, não havendo diferença entre as redes. As professoras apresentaram menor capacidade para o trabalho, assim como aqueles que tinham maior tempo na docência.

Palavras-chave: Avaliação da capacidade de trabalho. Saúde do trabalhador. Docentes.

Abstract: Teachers are essential for educating citizens, but have been afflicted with health problems because of the risk in their activity, compromising their ability to work. Therefore, the aim of this research was to assess work capacity in teachers from federal and municipal institutions from a city in Paraíba. It was quantitative, transversal study that used two questionnaires (sociodemographic and work capacity index). The data were analyzed with descriptive statistics, as well as test-t for independent samples and Spearman correlation. 120 teachers participated in this research: 33 from a federal institution and 87 from municipal primary schools. There was a significant difference between the sexes, as well as a negative association with teaching time. There were no differences between the type of institution and the type of professional link. Approximately 70% of teachers had good and great work capacity, and no differences were found between the federal and municipal institutions. The female teachers had lower work capacity indexes, as well as those who were teachers for longer periods.

Key words: Work capacity evaluation. Occupational health. Teachers.

*Autor para correspondência.

Recebido para publicação em 17/05/2017; aprovado em 20/09/2017.

¹ Graduação em Segurança no Trabalho, IFPB, Patos-PB, alexwagneer@gmail.com.

² Mestre em Ciências Florestais, IFPB, Patos-PB, lilian.mestrado@gmail.com.

³ Graduação em Segurança no Trabalho, IFPB, Patos-PB, jeffersonunesdeamorim@gmail.com.

⁴ Graduação em Segurança no Trabalho, IFPB, Patos-PB, john.lincolnmarques@gmail.com.

⁵ Graduação em Segurança no Trabalho, IFPB, Patos-PB, fagnerguedes2014@gmail.com.

⁶ Doutora, IFPB, Patos-PB, hanne.bakke@ifpb.edu.br.

Pesquisa apoiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Tecnológica (PIBICT) do IFPB.



INTRODUÇÃO

O professor é visto como um agente fundamental na preparação de cidadãos para a vida, na diminuição de desigualdades em um país e em seu crescimento (VEDOVATO; MONTEIRO, 2008). E para isso, o papel do docente ultrapassou os limites da sala de aula, da mediação do processo ensino-aprendizagem para um agente articulador entre a escola e a comunidade, estando, estes profissionais, engajados em atividades de gestão e planejamento escolares, além das de ensino (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

Tendo em vista estas alterações no papel do professor, os docentes têm sofrido com agravos à saúde oriundos dos efeitos da exposição aos riscos ocupacionais envolvidos na sua atividade de trabalho. Pesquisas realizadas com docentes revelam algumas doenças que acometem esse grupo profissional, tais como doenças do aparelho respiratório (especialmente o de fonação), distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT), varizes de membros inferiores e distúrbios psíquicos não psicóticos (PEREIRA et al., 2002; PORTO et al., 2004), gastrite e esofagite, infecções do trato urinário, hipertensão arterial sistêmica (DELCOR et al., 2004).

O Brasil, assim como demais países da América Latina, tem passado por mudanças significativas no trabalho docente, ocasionando transformações na natureza do trabalho escolar (OLIVEIRA, 2004). As alterações observadas incidem sobre a organização e, conseqüentemente, no trabalho pedagógico. Essas mudanças incluem a descentralização administrativa e financeira de recursos, que fazem surgir uma nova regulação educativa baseada em: financiamento per capita, a regularidade e ampliação dos exames nacionais de avaliação, maior flexibilidade curricular, a avaliação institucional e a participação da comunidade na gestão escolar (ASSUNÇÃO; OLIVEIRA, 2009)

Em geral, a capacidade para o trabalho dos docentes esteve associada ao gênero, com valores maiores para professores do sexo masculino (CASTELO-BRANCO, 2014; PEREIRA et al., 2002), ao tempo de serviço, sendo os professores com menos tempo de serviço com melhor capacidade para o trabalho; e ao tipo de vínculo com a instituição, com maiores valores para os professores efetivos (CASTELO-BRANCO, 2014). Estes resultados contrariam os encontrados por Maqueze e Moreno (2009), onde estas associações não foram encontradas.

Sendo assim, essa pesquisa teve como objetivo avaliar a capacidade para o trabalho entre professores de uma instituição federal de ensino e da rede municipal que lecionavam no nível fundamental II. Além disso, buscou-se estudar a relação entre a capacidade para o trabalho e o sexo, o enquadramento funcional e o tempo de docência.

MÉTODOS

Tratou-se de uma pesquisa quantitativa, descritiva e transversal, pois avaliou-se os indivíduos de uma

população em um único ponto do tempo (LOPES; HARRINGTON, 2014).

A pesquisa abrangeu os docentes de uma instituição de ensino federal que atua em diversos níveis de educação (ensino médio, técnico, superior e pós-graduação) em uma cidade do interior da Paraíba, cujo o quadro era composto por, aproximadamente, 60 professores no momento da pesquisa. Já na rede de ensino municipal, considerou-se apenas aqueles que lecionavam no ensino fundamental II, que totalizavam 195 professores. Qualquer docente poderia participar do estudo, independente do vínculo funcional, bem como tempo na instituição.

Os instrumentos utilizados foram dois questionários, sendo um sociodemográfico para levantamento do perfil profissiográfico e o questionário Índice de Capacidade para o Trabalho (TUOMI et al., 2005). O Índice de Capacidade para o Trabalho (ICT) é uma ferramenta cuja versão em português do Brasil é tida como válida e confiável (MARTINEZ; LATORRE; FISCHER, 2009), e que identifica quão bem um trabalhador consegue desempenhar as suas atividades, baseado nas respostas de uma série de questões, que consideram exigências físicas e mentais de trabalho, o estado de saúde e os recursos do trabalhador (TUOMI et al., 2005). O levantamento foi feito durante o exercício da atividade (manhã, tarde e noite). Os resultados do questionário são convertidos em pontos que, atingem um escore entre 7 e 49 e retrata o conceito do próprio trabalhador sobre sua capacidade para o trabalho em baixa: baixa (7-27 pontos); moderada (28-36 pontos); boa (37-43 pontos) e ótima (44-49 pontos).

Após as coletas, os dados foram tabulados e analisados sob a ótica da estatística descritiva com as suas respectivas medidas de dispersão. Foi aplicado o teste *t* para amostras independentes para análise das diferenças entre grupos, assim como o teste de correlação de Spearman, considerando um $p < 0,05$. Os dados foram analisados com o SPSS v. 15.0.

A pesquisa foi analisada e autorizada pelo comitê de ética de pesquisa em seres humanos (CAAE: 53380216.2.0000.5185), onde levou-se em consideração os preceitos morais e éticos devidamente preconizados na pesquisa científica. Todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido para participar na pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Participaram da pesquisa 120 professores, dos quais 33 eram de uma instituição pública federal e 87 de escolas municipais de ensino fundamental II em uma cidade no interior da Paraíba, que representaram 55% e 44% do total de professores, respectivamente. Destes, 67 (55,8%) eram do sexo feminino e 53 (44,2%) do sexo masculino.

A idade média dos professores foi de 40,1 anos ($s=12,5$) variando de 20 a 70 anos. Os dados referentes à escolaridade encontram-se na Tabela 1. Chama atenção a diferença de escolaridade dos professores entre as instituições, onde na rede federal 72,8% tinham, no mínimo, mestrado e, nas municipais, apenas 2,3%.



Tabela 1. Escolaridade dos professores.

Titulação	Rede					
	Federal		Municipal		Total	
	n	%	n	%	n	%
Curso Superior	1	3,0	28	32,2	29	24,2
PG <i>Lato sensu</i>	7	21,2	57	65,5	64	53,3
Mestrado	19	57,6	2	2,3	21	17,5
Doutorado	5	15,2	0	0	5	4,2
Sem resposta	1	3,0	0	0	1	0,8
Total	33	100	87	100	120	100

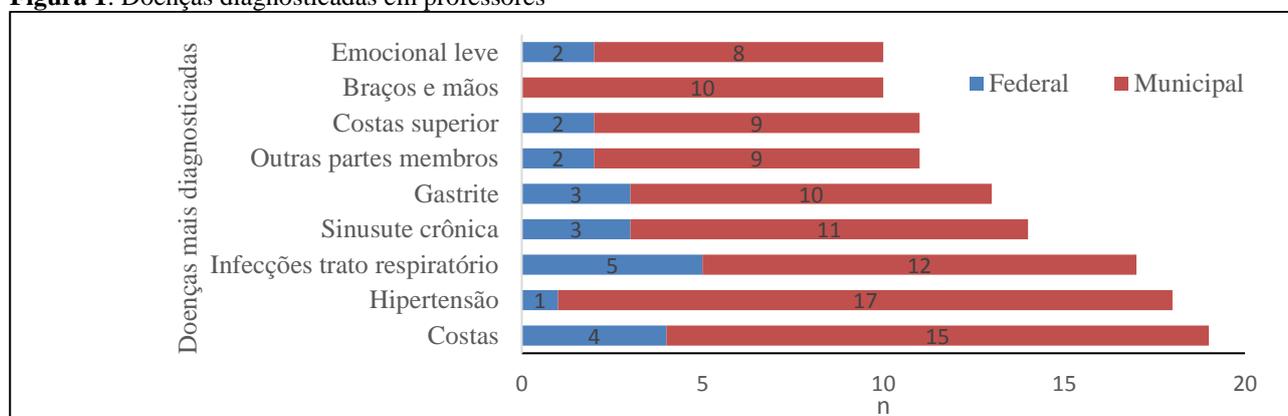
Fonte: Dados da pesquisa.

Os professores tinham, em média, 14 anos ($s=9,7$) de profissão, com carga horária semanal de aula de 20,5 horas (rede federal: 12,87, $s=4,1$; rede municipal: 23,28, $s=11,05$). O vínculo empregatício apresentado para

professores substitutos fora de 6 (5%), sendo 2,5% para o município e 2,5% para o instituto federal. Entre os efetivos 30 (25%) instituto federal e 67 (56%) município e 17 (14%) temporários do município.

Os problemas diagnosticados por mais de 10 dos professores estão expostos no Gráfico 1. No entanto, verificou-se diferença entre as queixas de saúde entre os professores das duas redes. Na federal, a predominância foi de infecções no trato respiratório, enquanto que nos professores da rede municipal foi a hipertensão. É importante salientar que o questionário utilizado possuía diversos itens onde cada profissional tinha a possibilidade de marcar mais de uma opção, ou seja, cada entrevistado podia marcar uma, nenhuma ou várias situações de desconforto.

Figura 1. Doenças diagnosticadas em professores



Fonte: Dados da pesquisa.

Em se tratando da classificação da Capacidade para o Trabalho, foi observado que quase 70% dos professores apresentam boa e ótima capacidade para o trabalho (Tabela 2).

Tabela 2. Classificação da capacidade para o trabalho entre docentes da rede federal e municipal.

Classificação ICT	Rede					
	Federal		Municipal		Total	
	n	%	n	%	n	%
Baixa	1	3,0	2	2,3	3	2,5
Moderada	10	30,3	25	28,7	35	29,2
Boa	14	42,2	44	50,6	58	48,3
Ótima	8	24,2	16	18,4	24	20,0
Total	33	100	87	100	120	100

Fonte: Dados da pesquisa.

Procurou-se, ainda, verificar se havia diferença entre os índices de capacidade para o trabalho com relação aos sexos masculino e feminino, o tipo de instituição e o vínculo. No entanto, a diferença demonstrou-se significativa apenas entre os sexos, apontado para maiores médias entre os professores do sexo masculino (Tabela 3). O ICT mostrou-se correlacionada negativamente com o tempo de profissão, ou seja, quanto maior o tempo de docência, menor a capacidade para o trabalho ($p=0,004$).

Tabela 3. Comparação de média do ICT entre variáveis

Variável		Média do ICT	s	p
Sexo	Masculino	39,85	6,233	0,035*
	Feminino	37,68	4,945	
Instituição	Federal	39,36	5,579	0,387
	Municipal	38,36	5,658	
Vínculo	Efetivo	38,51	5,528	0,599
	Substituto	39,20	6,147	

*Diferença significativa; $p<0,05$.

Legenda: s – desvio padrão; p – valor do teste t para amostras independentes.

Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados da pesquisa revelam-se semelhantes a outros estudos em se tratando do sexo dos participantes, sendo observada a predominância de mulheres nesta profissão (PORTO et al., 2006; SANTOS; MARQUES, 2013; VEDOVATO; MONTEIRO, 2008). Estudos apontam essa frequência especialmente maior nos níveis iniciais de ensino, tendo o educador o papel de “mãe” nos primeiros anos de escolaridade, considerando-se o trabalho na escola como uma continuação das tarefas domésticas (DELCOR et al., 2004). No entanto, as pesquisas apontam que pode haver uma diminuição desta discrepância, e até inversão, em estágios mais avançados na educação (MARQUEZE; MORENO, 2009).



Com relação à carga horária semanal dos professores, chama atenção a discrepância entre a quantidade de aulas semanalmente entre as duas redes, sendo os professores da rede municipal aqueles que acumulam jornadas mais extensas. A carga horária semanal média dos professores da rede particular em uma cidade da Bahia foi em torno de 17,0 horas (DELCOR et al., 2004), enquanto que em outro estudo com professores da rede municipal de Belo Horizonte, a maioria tinha carga horária semanal acima de 22 horas (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2006). No entanto, há estudos que apontem jornadas semanais de trabalho superiores à 26,2 (PORTO et al., 2006; VEDOVATO; MONTEIRO, 2008).

É interessante ressaltar, ainda, que alguns estudos levantam uma possível associação entre distúrbios psíquicos menores e a carga horária, sendo esta maior naqueles professores com estes distúrbios (REIS et al., 2005). Os distúrbios emocionais leves nesta presente pesquisa foram relatados em mais de 20% dos professores da rede municipal de ensino. No estudo de Gasparini, Barreto e Assunção (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005), os transtornos psíquicos foram responsáveis por 15% de todos os afastamentos entre os docentes. Apesar de considerar a frequência neste estudo alta, pesquisas apontam para a prevalência em torno de 40% dos professores. No estudo de Porto et al. (2006), os distúrbios psíquicos estavam presentes em 44% dos docentes, sendo estes associados às condições de demanda e controle no trabalho. Aqueles professores com maiores exigências de trabalho apresentavam prevalência de 1,5 vezes maior que os de trabalho com baixa exigência. Para Gomes (2002), a sobrecarga de trabalho está atrelada a problemas encontrados no trabalho, dentro e fora da escola, dentre as quais pode-se citar as várias jornadas e aumento das horas de aula, bem como a mudança no perfil e o aumento no quantitativo de alunos por sala, o deslocamento até as escolas, as condições materiais oferecidas, a falta de profissionais para as diversas funções, as inovações tecnológicas, a falta de reconhecimento do trabalho, entre outros.

A pesquisa de Delcor et al. (2004) também aponta para dados semelhantes, onde os distúrbios psíquicos menores foram relatados por 41,5%, sendo associados com características do conteúdo do trabalho, tais como: trabalho repetitivo, concentração intensa em uma mesma atividade por um longo período, volume excessivo de trabalho, ritmo acelerado, interrupção das tarefas antes de serem concluídas, tempo insuficiente para as tarefas, problemas de relacionamento entre colegas, conflitos gerenciais de tomada de decisões, dentre outros. Para Assunção e Oliveira (2009), a intensificação do trabalho dos professores compromete, além da saúde destes profissionais, a qualidade do ensino, uma vez que estes devem eleger, constantemente, o que é central e o que pode ficar em segundo plano.

Já no estudo de Porto et al. (2004), as doenças ocupacionais mais encontradas entre os docentes atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT) são as relacionadas ao aparelho

respiratório e os osteomusculares relacionados ao trabalho. As condições de trabalho onde os docentes desenvolvem suas atividades, direcionando suas capacidades físicas, cognitivas e afetivas para cumprir com as atividades relacionadas à educação, podem ter como consequência sobrecargas ou hipersolicitação de suas funções psicofisiológicas (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005). Em se tratando do ambiente escolar, pode-se citar a presença de ruído, o uso constante da voz, os movimentos repetitivos, o uso de computador, as tarefas monótonas e o trabalho estressante, cansativo e desgastante (VEDOVATO; MONTEIRO, 2008) como possíveis fatores de risco para a saúde desses profissionais. Caso o docente não respeite os períodos de recuperação e regeneração do corpo, poderá implicar no aparecimento de sintomas que podem estar relacionados aos índices de afastamento do trabalho (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005), e assim, ter a sua capacidade para o trabalho reduzida.

Marqueze e Moreno (2009) em um estudo com professores universitários também revelaram os distúrbios músculo esqueléticos como as doenças mais citadas. Muitas vezes os docentes realizam suas atividades com o corpo em posições impróprias para o trabalho, isso associado a um espaço de trabalho inadequado, o que colabora com o surgimento de diversos distúrbios músculo esqueléticos (ARAÚJO et al., 2005). Para Walsh et al. (2004), as lesões musculoesqueléticas estão associadas à baixa capacidade para o trabalho.

Em se tratando da capacidade para o trabalho entre os docentes, em um estudo realizado por Pereira et al. (2002), foi identificado que dos 232 professores incluídos no estudo, 35,1% destes apresentaram capacidade para o trabalho entre moderada e baixa. Os autores citam como possíveis causas aspectos relacionados à saúde e à segurança no trabalho, ambientes muito expostos às temperaturas extremas, e aspectos ergonômicos. Dados semelhantes foram encontrados na pesquisa realizada por Castelo-Branco (2014), onde dentre 703 professores de diversos níveis de ensino (jardim de infância à superior), 32% apresentaram moderada a baixa capacidade para o trabalho. Já no estudo de Marqueze e Moreno (2009), apenas 13% dos 154 professores universitários avaliados apresentaram capacidade para o trabalho entre moderada e baixa. Nesta pesquisa, os autores destacam que a satisfação no trabalho docente pode melhorar a sua capacidade para o trabalho.

Além disso, alguns estudos sugerem a capacidade para o trabalho está associada ao gênero. Nesta presente pesquisa, as professoras apresentaram médias inferiores à dos homens. Resultados semelhantes foram encontrados nos estudos de Pereira et al. (2002) Castelo-Branco (2014). No entanto, o estudo feito por Marqueze e Moreno (2009) com professores universitários, não identificou diferença entre a capacidade, exceto para professores da área da saúde, que pode estar relacionado ao fato de que o exercício da profissão docente, por si só, é um fator atenuante independente do lugar.

Neste estudo, a capacidade para o trabalho demonstrou uma correlação significativa negativa com o



tempo de instituição. A redução da perda da capacidade para o trabalho ao longo do tempo já foi demonstrada em outros estudos, a exemplo daquele realizado por Ilmarinen, Tuomi e Klockars (1997), onde percebeu-se um declínio anual. No entanto, as professoras apresentaram uma redução menor que os professores do sexo masculino. Os autores sugerem que o trabalho não evita o declínio da capacidade para o trabalho em homens e mulheres e que, por isso, medidas para promovê-la devem iniciar antes dos 51 anos, especialmente para aqueles trabalhos com alta exigência física.

Além disso, de acordo com Ilmarinen (2001), atividades físicas regulares podem manter quase que inalterada a capacidade para o trabalho entre 45-65 anos, e a ausência destas pode tornar um trabalhador de 45 anos menos capacitado que um colega de 65 anos ativo.

Para Ilmarinen (2001), o conceito da capacidade para o trabalho é dinâmica e pode mudar ao longo da vida de um indivíduo devido a diversos fatores, dentre os quais pode-se citar o envelhecimento e seu efeito no ser humano, assim como as mudanças na natureza do trabalho, que ocorrem mais rápidas do que a capacidade de adaptação do indivíduo. Mas, para o autor, algumas ações como: treinamento de supervisores para lidar com o envelhecimento, uso de ergonomia, programas de exercício no trabalho, treinamentos individualizados com novas tecnologias podem, em conjunto, melhorar a capacidade para o trabalho durante o envelhecimento.

CONCLUSÕES

A pesquisa concluiu que aproximadamente 70% dos professores entrevistados possuíam entre boa e ótima capacidade para o trabalho, não havendo diferenças significativas entre as redes.

A capacidade para o trabalho mostrou associação com o gênero, sendo os homens aqueles com os melhores índices, assim como com uma relação inversa com o tempo de profissão. No entanto, não foram detectadas associações com o enquadramento funcional. Houve diferenças entre as queixas de saúde relatadas pelos professores da rede federal e da municipal, que podem ser atribuídas às condições de trabalho, pressões, supervisão e uma população diferente. Aspectos que merecem uma preocupação e precisam ser averiguadas de forma mais específica futuramente.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. M. SENA, I. P.; VIANA, M. A.; ARAÚJO, E. M. Mal-estar docente: avaliação de condições de trabalho e saúde em uma instituição de ensino superior. **Revista Baiana de Saúde Pública**, v. 29, n. 1, p. 6–21, 2005.

ASSUNÇÃO, A. A.; OLIVEIRA, D. A. Intensificação do trabalho e saúde dos professores. **Educação & Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 349–372, 2009.

CASTELO-BRANCO, M. C. A capacidade para o

trabalho e a satisfação docente. **Revista Ciências Humanas - UNITAU**, v. 7, n. 1, p. 27–40, 2014.

DELCOR, N. S.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; PORTO, L. A.; CARVALHO, F. M.; SILVA, M. O.; BARBALHO, L. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187–196, 2004.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde. **Educação e Pesquisa**, v. 31, n. 2, p. 189–199, 2005.

GASPARINI, S. M.; BARRETO, S. M.; ASSUNÇÃO, A. Á. Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 22, n. 12, p. 2679–2691, 2006.

GOMES, L. **Trabalho multifacetado de professores/as: a saúde entre limites**. [s.l.] Fundação Oswaldo Cruz, 2002.

ILMARINEN, J. E. Aging workers. **Occupational and environmental medicine**, v. 58, n. 8, p. 546–552, 2001.

ILMARINEN, J.; TUOMI, K.; KLOCKARS, M. Changes in the work ability of active employees as measured by the work ability index over an 11-year period. **Scandinavian Journal of Work, Environment & Health**, v. 23, n. 1, p. 49–47, 1997.

LOPES, R. D.; HARRINGTON, R. A. **Compreendendo a pesquisa clínica**. Porto Alegre: McGraw-Hill, 2014.

MARQUEZE, E. C.; MORENO, C. R. C. Satisfação no trabalho e capacidade para o trabalho entre docentes universitários. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 1, p. 75–82, 2009.

MARTINEZ, M. C.; LATORRE, M. D. R. D. O.; FISCHER, F. M. Validade e confiabilidade da versão brasileira do Índice de Capacidade para o Trabalho. **Revista de Saúde Pública**, v. 43, n. 3, p. 525–532, 2009.

OLIVEIRA, D. A. A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127–1144, 2004.

PEREIRA, A. M. S.; SILVA, C. F.; CASTELO-BRANCO, M. C.; LATINO, M. L. **Saúde e a capacidade para o trabalho na docência**. IV Congresso Nacional de Saúde Ocupacional. **Anais...Póvoa do Varzim**: 2002.

PORTO, L. A.; REIS, I. C.; ANDRADE, J. M.; NASCIMENTO, C. R.; CARVALHO, F. M. Doenças ocupacionais em professores atendidos pelo Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador (CESAT). **Revista**



Baiana de Saúde Pública, v. 28, n. 1, p. 33–49, 2004.

PORTO, L. A.; CARVALHO, F. M.; OLIVEIRA, N. F.; SILVANY NETO, A. M.; ARAÚJO, T. M.; REIS, E. J. F. B.; DELCOR, N. S. Associação entre distúrbios psíquicos e aspectos psicossociais do trabalho de professores. **Revista de Saúde Pública**, v. 40, n. 5, p. 818–826, 2006.

REIS, E. J. F. B.; CARVALHO, F. M.; ARAÚJO, T. M.; PORTO, L. A.; SILVANY NETO, A. M. Trabalho e distúrbios psíquicos em professores da rede municipal de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 21, n. 5, p. 1480–1490, 2005.

SANTOS, M. N. DOS; MARQUES, A. C. Condições de saúde, estilo de vida e características de trabalho de professores de uma cidade do sul do Brasil. **Ciência &**

Saúde Coletiva, v. 18, n. 3, p. 837–846, 2013.

TUOMI, K.; ILARINEN, J.; JAHKOLA, A.; KATAJARINNE, L.; TULKKI, A. **Índice de Capacidade para o Trabalho**. São Carlos (SP): EdUFSCar, 2005.

VEDOVATO, T. G.; MONTEIRO, M. I. Perfil sociodemográfico e condições de saúde e trabalho dos professores de nove escolas estaduais paulistas. **Revista da Escola de Enfermagem**, v. 42, n. 2, p. 290–297, 2008.

WALSH, I. A. P.; CORRAL, S.; FRANCO, R. N.; CANETTI, E. E. F.; ALEM, M. E. R.; COURY, H. J. C. G. Capacidade para o trabalho em indivíduos com lesões músculo-esqueléticas crônicas. **Revista de Saúde Pública**, v. 38, n. 2, p. 149–56, 2004.